

PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO-ME-TOQUE/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
IPTU	Isenção	entidades culturais, beneficiante, hospitalar, recreativa e religiosa, sem fins lucrativos, entidades esportivas, sindicatos e associações de classe, entidades hospitalares e educacionais não imunes, quando colocar serviços a disposição do Município, viúvas e órfãos menores não emancipados, reconhecidamente pobres, proprietários de imóveis cedidos gratuitamente a entidades imunes. Cfe art.124 - Lei Comp.037/2006. Setores específicos autorizados através das Leis 4.003/2011, 4.287/2013, 4.321/2013 e 4.321/2013.	528.014,81	550.402,64	573.024,19	Vide Observação abaixo
ITBI	Isenção	aquisição primeiro terreno	30.929,66	32.241,08	33.566,19	
TOTAL			558.944,47	582.643,72	606.590,37	-

FONTE: Equipe e Contabilidade e Orçamento

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2018 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal, acrescidos da previsão de inflação.

Inflação para 2018: 4,19%

2 - Os valores da renúncia projetados para 2018 e 2019, foram calculados a partir dos valores de 2017, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2019: 4,24%

Inflação para 2020: 4,11%

Este demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 49 e 51 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2018, a estimativa de renúncia de receita está inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Desta forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Armando Carlos Roos
Prefeito Municipal

Naor Orlando Kümpel
Secretário de Finanças

Elúcio Borges Kraemer
Contador

